

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de liminar – Contestação – Reparação de danos ambientais – Mar Territorial da Baía de Sepetiba. *Estado em Juízo – Francesco Conte, Ana Cristina Bacos Fernandes, Beatriz do Couto e Silva e Patrícia Perrone Campos Mello*..... 488

AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de liminar – Reparação de danos ambientais – Contaminação da Baía de Guanabara – Vazamento de óleo do navio Saga Mascot. *Estado em Juízo – Francesco Conte, Ana Cristina Bacos Fernandes e Cristiano Franco Martins*..... 528

AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Rios Paraíba do Sul e Pomba. *Estado em Juízo – Sergio Luiz Barbosa Neves e Ana Cristina Bacos Fernandes*..... 520

AGÊNCIAS REGULADORAS – Contextualização das Agências Reguladoras nos Estados Unidos e no Brasil: mão e contramão – O Governo Lula e as Agências Reguladoras independentes – Propostas de aprimoramento do arranjo institucional das Agências Reguladoras no Brasil – Princípio da legalidade – Rejeição à tese da deslegalização – Sistema de freios e contrapesos – Controles ancilares do Executivo e do Legislativo – Déficit democrático – Controle social e legitimação pelo procedimento. *Agências Reguladoras independentes, separação de poderes e processo democrático – Gustavo Binbenbojm*..... 59

APRESENTAÇÃO – Francesco Conte – Procurador-Geral do Estado 23

ARAGÃO, Alexandre Santos de – Influência da Concorrência nos Serviços Públicos sobre a Aplicação do Direito do Consumidor – Aplicação do Direito do Consumidor aos Serviços Públicos como Evolução da Noção de Interesse Público – Direito dos Consumidores e os Serviços Públicos como Instrumento de Efetivação de Direitos Fundamentais – Diversas Teorias sobre a Posição Jurídica dos Usuários de Serviços Públicos – Teorias Privatistas – Teorias Publicistas – Teorias Mistas – Limites à Aplicação do CDC aos Serviços Públicos. *Serviços públicos e direito do consumidor: possibilidades e limites da aplicação do CDC* 27

ARAGÃO, Alexandre Santos de – Transporte aquaviário seletivo de passageiros – Trecho Praça XV-Araribóia – Inconstitucionalidade da Lei que prorrogou a delegação à atual prestadora – Inexistência de exclusividade na prestação

do serviço – Natureza de serviço público – Inexistência de autorizações de serviços públicos – Possibilidade de novas outorgas – Dispensa de licitação por urgência – Avaliação do órgão competente. *Parecer n.º 30/2005*..... 388

B

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e transformações do direito constitucional contemporâneo – Marco histórico – Marco filosófico – Marco teórico – Força normativa da Constituição – Expansão da jurisdição constitucional – A nova interpretação constitucional – Constitucionalização do Direito – Origem e evolução do fenômeno – Constitucionalização do Direito no Brasil – O direito infraconstitucional na Constituição – Constitucionalização do direito infraconstitucional – Constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática – Aspectos da constitucionalização do Direito – Direito civil – Direito administrativo – Direito penal – Direito processual e outros ramos – Constitucionalização e judicialização das relações sociais. *Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito*..... 137

BECHARA, Renata Guimarães Soares – Bens imóveis do Estado do Rio de Janeiro – Permissão de uso – Remuneração – Critérios. *Parecer n.º 01/2005* 379

BINENBOJM, Gustavo. Contextualização das Agências Reguladoras nos Estados Unidos e no Brasil: mão e contramão – O Governo Lula e as Agências Reguladoras independentes – Propostas de aprimoramento do arranjo institucional das Agências Reguladoras no Brasil – Princípio da legalidade – Rejeição à tese da deslegalização – Sistema de freios e contrapesos – Controles ancilares do Executivo e do Legislativo – Déficit democrático – Controle social e legitimação pelo procedimento. *Agências Reguladoras independentes, separação de poderes e processo democrático* 59

C

CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de – Administrativo e Tributário – Imposto de renda retido na fonte – Não-incidência sobre verba de natureza indenizatória – A Ajuda de Custo para Transporte e Mudança, não importando em aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica, não constitui base de cálculo para o IRPF. *Parecer n.º 01/2005*..... 342

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – Viabilidade jurídica – Estado como contratante – Conceito de consumidor – Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às contratações administrativas firmadas pelos entes públicos – Expressa previsão nos instrumentos convocatório e contratual –

Princípio da segurança jurídica. *O Estado como consumidor* – Flávio Amaral Garcia..... 50

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE – Lei de iniciativa do poder legislativo – Código de defesa do contribuinte de tributos do Estado do Rio de Janeiro – Inconstitucionalidade formal e material – Inconveniência da proposição – Parecer pelo veto total. *Parecer n.º 08/2005* – Claudia Freze da Silva..... 324

CONTA B/BANERJ – Recurso de Revista – Ação Civil Pública – Acordos celebrados pelos Bancos Banerj S/A e Itaú S/A e ex-empregados do antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro. *Estado em Juízo* – Renata Cotrim Nacif 477

CONTE, Francesco – Procurador-Geral do Estado – *Apresentação* 23

CONTE, Francesco, Ana Cristina Bacos Fernandes e Cristiano Franco Martins – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de danos ambientais – Contaminação da Baía de Guanabara – Vazamento de óleo do navio Saga Mascot. *Estado em Juízo* 524

CONTE, Francesco, Ana Cristina Bacos Fernandes, Beatriz do Couto e Silva e Patrícia Perrone Campos Mello – Contestação – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Mar Territorial da Baía de Sepetiba. *Estado em Juízo*..... 488

CONTE, Francesco e Cristiano Franco Martins – Ação Ordinária – Declaração de inexistência de relação jurídica entre o Estado e o INSS – Cobrança de contribuição previdenciária. *Estado em Juízo*..... 439

CONTE, Francesco, Paula Novais Ferreira Mota Guedes e Renata Cotrim Nacif – Reclamação – STF – Ação Civil Pública – Pedido de Suspensão – Contratação por prazo determinado – Leis estaduais 2.399/95 e 4.599/05. *Estado em Juízo*..... 468

CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO – Leis estaduais 2.399/95 e 4.599/95 – Concessão de medida liminar – Suspensão do andamento da Ação Civil Pública n.º 487-2005-011-01-00-1. *Poder Judiciário* – Supremo Tribunal Federal – *Medida Cautelar em Reclamação n.º 4.045-3/RJ*..... 419

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Ação Ordinária – Declaração de inexistência de relação jurídica entre o Estado e o INSS. *Estado em Juízo* – Francesco Conte e Cristiano Franco Martins..... 439

D

DERBLI, Felipe – Mandado de Segurança – XXXV Concurso Público para Admissão às Atividades Notariais e de Registro. *Estado em Juízo*..... 454

DANO MORAL – Magistrado – Responsabilidade civil do Estado – Oferecimento de Representação por suposta participação em fraude em liquidação de sentença – Cumprimento do dever funcional. *Poder Judiciário – Superior Tribunal de Justiça – Recurso Especial n.º 668.640/RJ*..... 419

DIREITO DE PROPRIEDADE – A função social da propriedade na Constituição de 1988 e no novo Código Civil – Conteúdo do direito de propriedade – Diversidade de regimes aplicáveis à propriedade. *Função social e diversificação do direito de propriedade – Leonardo Mattietto*.. 128

F

FATO DO PRÍNCIPE – Reclamação Trabalhista – DETRAN – Possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo por iniciativa da Administração Pública. *Estado em Juízo – Ingrid Andrade Sarmiento*..... 464

FERNANDES, Ana Cristina Bacos, Beatriz do Couto e Silva, Patrícia Perrone Campos Mello e Francesco Conte – Contestação – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Mar Territorial da Baía de Sepetiba. *Estado em Juízo*..... 488

FERNANDES, Ana Cristina Bacos, Cristiano Franco Martins e Francesco Conte – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de danos ambientais – Contaminação da Baía de Guanabara – Vazamento de óleo do navio Saga Mascot. *Estado em Juízo*..... 528

FERNANDES, Ana Cristina Bacos e Sergio Luiz Barbosa Neves – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Rios Paraíba do Sul e Pomba. *Estado em Juízo*..... 520

G

GARCIA, Flávio Amaral – LOTERJ – Contrato administrativo – Alteração do objeto – Modalidades de Loteria – Interpretação das cláusulas contratuais – Inexistência de direito líquido e certo da contratada à modificação do objeto – Espaço de discricionariedade reservado ao administrador público – Lógica do interesse público – Impossibilidade de jogo ainda inexistente ter sido ponderado para fins de atingimento das metas definidas em contrato – Precedentes da PGE – Premissa da competitividade na prestação dos serviços. *Parecer n.º 03/2006*..... 405

GARCIA, Flávio Amaral. Viabilidade jurídica – Estado como contratante – Conceito de consumidor – Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às contratações administrativas firmadas pelos entes públicos – Expressa previsão nos instrumentos convocatório e contratual – Princípio da segurança jurídica. *O Estado como consumidor*..... 50

GUEDES, Paula Novais Ferreira Mota, Renata Cotrim Nacif e Francesco Conte – Reclamação – STF – Ação Civil Pública – Pedido de Suspensão – Contratação por prazo determinado – Leis estaduais 2.399/95 e 4.599/05. *Estado em Juízo*..... 468

I

ICMS – Plataformas de Petróleo – Incidência e creditamento – Desembaraço aduaneiro de plataformas de petróleo – Sujeito passivo – Contribuinte do imposto – Creditamento do valor recolhido nos limites do disposto no artigo 20, § 5.º, da Lei Complementar n.º 87/96, na redação que lhe foi dada pela Lei Complementar n.º 102/2000. Parecer n.º 01/2005 – Gustavo do Amaral Martins..... 329

INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS – Conceito e natureza jurídica – Princípios das infrações administrativas – Princípio da legalidade – Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos – Princípio da objetividade – Princípio da independência das sanções administrativas – Princípio da publicidade – Princípio do devido processo legal – Princípio da ampla defesa e do contraditório. *As infrações administrativas e seus princípios – Patrícia Pimentel*..... 204

IRPF – Administrativo e Tributário – Não-incidência sobre verba de natureza indenizatória – A Ajuda de Custo para Transporte e Mudança, não importando em aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica, não constitui base de cálculo para o IRPF. *Parecer n.º 01/2005 – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho*..... 342

J

JANSEN, Letácio – Noção de valor – Valor das coisas e valor das pessoas – Valor de uso e valor de troca – Valor dos créditos e das obrigações – Valor como dever ser – Valor, princípio e norma – Ordem monetária – O papel moeda, as inflações e o “valor real”. *Considerações sobre o conceito jurídico atual de valor*..... 113

JOHN RAWLS – Aristóteles e a Idéia de Justiça – Evolução da Concepção de Justiça – Positivismo Normativista de Kelsen – Intermitente Tensão entre a Liberdade e a Igualdade – Liberalismo versus Comunitarismo – Justiça

como Equidade: a Teoria da Justiça concebida por John Rawls. *Justiça em John Rawls – Vanessa Huckleberry Portella Siqueira* 306

L

LEI COMPLEMENTAR N.º 111/2006 – Altera a Lei Complementar n.º 15, de 25 de novembro de 1980, e dá outras providências. *Assuntos Gerais* 539

LEI ORDINÁRIA N.º 4.720/2006 – Dispõe sobre o quadro permanente de pessoal de apoio da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Assuntos Gerais*..... 551

LICITAÇÃO DISPENSADA – Bens móveis cedidos à PGE pelo setor de mercadorias apreendidas da Superintendência da Receita Federal – Parcela que se verificou não possuir utilidade para as atividades desenvolvidas nesta Procuradoria Geral – Possibilidade de transferência a entidades que prestem relevantes serviços sociais – Análise de termo de transferência – Norma geral federal posterior às normas estaduais que tratam da formalização do processo de alienação de bens úteis. *Parecer n.º 04/2006 – Marco Juruena Villela Souto*..... 411

LOTERJ – Contrato administrativo – Alteração do objeto – Modalidades de Loteria – Interpretação das cláusulas contratuais – Inexistência de direito líquido e certo da contratada à modificação do objeto – Espaço de discricionariedade reservado ao administrador público – Lógica do interesse público – Impossibilidade de jogo ainda inexistente ter sido ponderado para fins de atingimento das metas definidas em contrato – Precedentes da PGE – Premissa da competitividade na prestação dos serviços. *Parecer n.º 03/2006 - Flávio Amaral Garcia*..... 405

M

MANDADO DE SEGURANÇA – XXXV Concurso Público para Admissão às Atividades Notariais e de Registro. *Estado em Juízo – Felipe Derbli* 454

MARCO REGULATÓRIO – Impacto da reforma do Estado no setor elétrico – Reformas no setor elétrico – Reformas na geração de energia elétrica – Reformas na transmissão de energia elétrica – Reformas na distribuição de energia elétrica – Reformas introduzindo comercialização, a competição e a desconcentração do mercado – O consumidor e o usuário de energia no novo cenário – Disciplina da tarifa de distribuição de energia elétrica – Novo papel do Estado no setor elétrico – Contração emergencial de energia – Contratação de energia elétrica pela Administração Pública. *Breve apresentação do novo marco regulatório do setor elétrico brasileiro – Marcos Juruena Villela Souto* 180

MARTINS, Cristiano Franco – Projeto de Lei n.º 824-A/2003 – Proibição às empresas concessionárias de serviço público, no Estado do Rio de Janeiro, de somente aceitarem pagamento de contas pelo sistema de débito automático bancário. *Parecer n.º 51/2005*..... 321

MARTINS, Cristiano Franco, Ana Cristina Bacos Fernandes e Francesco Conte – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de danos ambientais – Contaminação da Baía de Guanabara – Vazamento de óleo do navio Saga Mascot. *Estado em Juízo* 528

MARTINS, Cristiano Franco e Francesco Conte – Ação Ordinária – Declaração de inexistência de relação jurídica entre o Estado e o INSS – Cobrança de contribuição previdenciária. *Estado em Juízo*..... 439

MARTINS, Gustavo do Amaral. ICMS – Plataformas de Petróleo Incidência e creditamento – Desembarço aduaneiro de plataformas de petróleo – Sujeito passivo – Contribuinte do imposto – Creditamento do valor recolhido nos limites do disposto no artigo 20, § 5.º, da Lei Complementar n.º 87/96, na redação que lhe foi dada pela Lei Complementar n.º 102/2000. *Parecer n.º 01/2005*..... 329

MATTIETTO, Leonardo. A função social da propriedade na Constituição de 1988 e no novo Código Civil – Conteúdo do direito de propriedade – Diversidade de regimes aplicáveis à propriedade. *Função social e diversificação do direito de propriedade*..... 128

MEDIDA CAUTELAR EM RECLAMAÇÃO N.º 4.045-3/RJ – Concessão de medida liminar – Suspensão do andamento da Ação Civil Pública n.º 487-2005-011-01-00-1 – Contratação por prazo determinado – Leis estaduais 2.399/95 e 4.599/05. *Poder Judiciário – Supremo Tribunal Federal* 419

MELLO, Patrícia Perrone Campos, Ana Cristina Bacos Fernandes, Beatriz do Couto e Silva e Francesco Conte – Contestação – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Mar Territorial da Baía de Sepetiba. *Estado em Juízo*..... 488

MULTA FISCAL – Regime Jurídico do Imposto de Transmissão “Causa Mortis” – Procedimento de Inventário – Divisão Funcional do Poder – Função Jurisdicional – Natureza Administrativa da Jurisdição Voluntária – Inventário como Procedimento de Jurisdição Voluntária e a Sistemática Adotada pelo Código de Processo Civil – Garantia do Devido Processo Legal e seus Desdobramentos – Princípio do Juiz Natural – Contraditório e Ampla Defesa – Inexistência de Conflito entre os Princípios da Efetividade da Tutela Jurisdicional e o Devido Processo Legal – Possibilidade de

Oposição, pela Fazenda Pública, de um Direito Fundamental contra o Contribuinte – Improcedência do Pedido de Afastamento da Multa Fiscal – Correto Alcance do Art. 1.013 do Código de Processo Civil – Inaplicabilidade do Enunciado n.º 114 do STF – Inexistência de Enriquecimento sem Causa – Imprópria Utilização de Institutos do Direito Civil – Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor – Inexistência de Afrenta à Garantia do Acesso à Jurisdição – Reserva de Lei à Anistia Tributária. *Incidência de multa fiscal no procedimento de inventário e limites da prestação jurisdicional (um estudo de caso)* – Rodrigo Borges Valadão271

N

NACIF, Renata Cotrim – Recurso de Revista – Ação Civil Pública – Acordos celebrados pelos Bancos Banerj S/A e Itaú S/A e ex-empregados do antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro – Conta B. *Estado em Juízo*477

NACIF, Renata Cotrim, Paula Novais Ferreira Mota Guedes e Francesco Conte – Reclamação – STF – Ação Civil Pública – Pedido de Suspensão – Contratação por prazo determinado – Leis estaduais 2.399/95 e 4.599/05. *Estado em Juízo*..... 468

NEOCONSTITUCIONALISMO – Transformações do direito constitucional contemporâneo – Marco histórico – Marco filosófico – Marco teórico – Força normativa da Constituição – Expansão da jurisdição constitucional – A nova interpretação constitucional – Constitucionalização do Direito – Origem e evolução do fenômeno – Constitucionalização do Direito no Brasil – O direito infraconstitucional na Constituição – Constitucionalização do direito infraconstitucional – Constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática – Aspectos da constitucionalização do Direito – Direito civil – Direito administrativo – Direito penal – Direito processual e outros ramos – Constitucionalização e judicialização das relações sociais. *Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito* – Luís Roberto Barroso 137

NEVES, Sergio Luiz Barbosa e Ana Cristina Bacos Fernandes – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Rios Paraíba do Sul e Pomba. *Estado em Juízo*..... 520

O

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de – A Emergência do Estado Contratual – Direito ao desenvolvimento na Constituição de 1988 – Linhas de transformação do Contratualismo Administrativo clássico – Parceria

Público-Privada e direito ao desenvolvimento. *Parceria Público-Privada e direito ao desenvolvimento: uma abordagem necessária*83

P

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – A Emergência do Estado Contratual – Direito ao desenvolvimento na Constituição de 1988 – Linhas de transformação do Contratualismo Administrativo clássico – Parceria Público-Privada e direito ao desenvolvimento. *Parceria Público-Privada e direito ao desenvolvimento: uma abordagem necessária* – Gustavo Henrique Justino de Oliveira 83

PERMISSÃO DE USO – Bens imóveis do Estado do Rio de Janeiro – Remuneração – Critérios. *Parecer n.º 01/2005* – Renata Guimarães Soares Bechara..... 379

PIMENTEL, Patrícia. Conceito e natureza jurídica das infrações administrativas – Princípios das infrações administrativas – Princípio da legalidade – Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos – Princípio da objetividade – Princípio da independência das sanções administrativas – Princípio da publicidade – Princípio do devido processo legal – Princípio da ampla defesa e do contraditório. *As infrações administrativas e seus princípios*..... 204

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – Fundamentos Jurídicos da Previdência Privada – Criação do Regime de Previdência Complementar no Brasil – A Grande expansão da previdência aberta os produtos de ponta: PGBL e VGBL – A Nova Lei e a Questão Prescricional – O Caso das Entidades de Previdência Complementar Sem Fins Lucrativos – Liquidação das Entidades de Previdência Complementar – Questão da Blindagem das Reservas Técnicas – Possibilidade de Recuperação das Entidades Liquidandas – Transformação do Regime Liquidatário Extrajudicial em Ordinário. *O Regime de Previdência Complementar no Brasil: e o Caso das Entidades sem Fins Lucrativos* – Raul Teixeira 240

Q

QUERELA NULLITATIS – Decisão proferida pelo Tribunal de Justiça em processo oriundo de Conselho de Justificação previsto na Lei Estadual n.º 427, de 10 de junho de 1981 – Natureza Administrativa da decisão, ainda que emanada de órgão judicial – Precedente do STF – Descabimento da Revisão Criminal para impugnar decisão administrativa (ou jurisdicional

cível), cujo pressuposto primordial para o seu ajuizamento é existência de sentença condenatória transitada em julgado proferida em processo criminal – Os efeitos da coisa julgada não operam em relação à parte que não integrou o processo – Possibilidade de ajuizamento de Ação Declaratória de Nulidade denominada *Querela Nullitatis* – Ausência de citação do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, em processo cujo efeito da condenação repercute apenas na esfera civil e gera sucumbência ao ente estatal – Flagrante descabimento de Revisão Criminal ajuizada com a finalidade de impugnar decisão administrativa (ou jurisdicional cível) admite a relativização da coisa julgada mediante o ajuizamento de Ação Declaratória de Nulidade. *Parecer n.º 01/2005 – Alexandre Simões da Câmara e Silva* 350

R

RECLAMAÇÃO – STF – Ação Civil Pública – Pedido de Suspensão – Contratação por prazo determinado – Leis estaduais 2.399/95 e 4.599/05. *Estado em Juízo – Francesco Conte, Paula Novais Ferreira Mota Guedes e Renata Cotrim Nacif* 468

RECURSO ESPECIAL N.º 668.640/RJ – Responsabilidade civil do Estado – Dano moral causado a magistrado – Oferecimento de Representação por suposta participação em fraude em liquidação de sentença – Cumprimento de dever funcional. *Poder Judiciário – Superior Tribunal de Justiça* 421

REGIÕES METROPOLITANAS – Necessidade e função metropolitana – Conceito de Região Metropolitana – Distinção entre Interesse local e Interesse comum – Competência comum. Cooperação entre entes federativos – Região Metropolitana – Serviços Públicos de interesse comum – Competência Estadual e Municipal. *Regiões metropolitanas e os serviços públicos de interesse comum – Pedro Gonçalves da Rocha Slawinski* 214

S

SARMENTO, Ingrid Andrade – Reclamação Trabalhista – DETRAN – Possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo por iniciativa da Administração Pública – Fato do Príncipe. *Estado em Juízo* 464

SERVIÇOS PÚBLICOS – Influência da Concorrência nos Serviços Públicos sobre a Aplicação do Direito do Consumidor – Aplicação do Direito do Consumidor aos Serviços Públicos como Evolução da Noção de Interesse Público – Direito dos Consumidores e os Serviços Públicos como Instrumento de Efetivação de Direitos Fundamentais – Diversas Teorias

sobre a Posição Jurídica dos Usuários de Serviços Públicos – Teorias Privatistas – Teorias Publicistas – Teorias Mistas – Limites à Aplicação do CDC aos Serviços Públicos. *Serviços públicos e direito do consumidor: possibilidades e limites da aplicação do CDC – Alexandre Santos de Aragão* 27

SILVA, Alexandre Simões da Câmara e – Decisão proferida pelo Tribunal de Justiça em processo oriundo de Conselho de Justificação previsto na Lei Estadual n.º 427, de 10 de junho de 1981 – Natureza Administrativa da decisão, ainda que emanada de órgão judicial – Precedente do STF – Descabimento da Revisão Criminal para impugnar decisão administrativa (ou jurisdicional cível), cujo pressuposto primordial para o seu ajuizamento é existência de sentença condenatória transitada em julgado proferida em processo criminal – Os efeitos da coisa julgada não operam em relação à parte que não integrou o processo – Possibilidade de ajuizamento de Ação Declaratória de Nulidade denominada *Querela Nullitatis* – Ausência de citação do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, em processo cujo efeito da condenação repercute apenas na esfera civil e gera sucumbência ao ente estatal – Flagrante descabimento de Revisão Criminal ajuizada com a finalidade de impugnar decisão administrativa (ou jurisdicional cível) admite a relativização da coisa julgada mediante o ajuizamento de Ação Declaratória de Nulidade. *Parecer n.º 01/2005* 350

SILVA, Beatriz do Couto e, Ana Cristina Bacos Fernandes, Patrícia Perrone Campos Mello e Francesco Conte – Contestação – Ação Civil Pública com pedido de liminar – Reparação de Danos Ambientais – Mar Territorial da Baía de Sepetiba. *Estado em Juízo* 488

SILVA, Claudia Freze da – Lei de iniciativa do poder legislativo – Código de defesa do contribuinte de tributos do Estado do Rio de Janeiro – Inconstitucionalidade formal e material – Inconveniência da proposição – Parecer pelo veto total. *Parecer n.º 08/2005* 324

SIQUEIRA, Vanessa Huckleberry Portella – Aristóteles e a Idéia de Justiça – Evolução da Concepção de Justiça – Positivismo Normativista de Kelsen – Intermitente Tensão entre a Liberdade e a Igualdade – Liberalismo *versus* Comunitarismo – Justiça como Equidade: a Teoria da Justiça concebida por John Rawls. *Justiça em John Rawls* 306

SLAWINSKI, Pedro Gonçalves da Rocha – Necessidade e função metropolitana – Conceito de Região Metropolitana – Distinção entre Interesse local e Interesse comum – Competência comum. Cooperação entre entes federativos – Região Metropolitana – Serviços Públicos de interesse

comum – Competência Estadual e Municipal. *Regiões metropolitanas e os serviços públicos de interesse comum*.....214

SOUTO, Marcos Juruena Villela – Impacto da reforma do Estado no setor elétrico – Reformas no setor elétrico – Reformas na geração de energia elétrica – Reformas na transmissão de energia elétrica – Reformas na distribuição de energia elétrica – Reformas introduzindo comercialização, a competição e a desconcentração do mercado – O consumidor e o usuário de energia no novo cenário – Disciplina da tarifa de distribuição de energia elétrica – Novo papel do Estado no setor elétrico – Contração emergencial de energia – Contratação de energia elétrica pela Administração Pública. *Breve apresentação do novo marco regulatório do setor elétrico brasileiro*. 180

SOUTO, Marcos Juruena Villela – Bens móveis cedidos à PGE pelo setor de mercadorias apreendidas da Superintendência da Receita Federal – Parcela que se verificou não possuir utilidade para as atividades desenvolvidas nesta Procuradoria Geral – Possibilidade de transferência a entidades que prestem relevantes serviços sociais – Análise de termo de transferência – Licitação dispensada – Norma geral federal posterior às normas estaduais que tratam da formalização do processo de alienação de bens úteis. *Parecer n.º 04/2006*..... 411

SURSIS PROCESSUAL – Secretaria de Estado de Direitos Humanos – Descumprimento, por parte de bombeiro militar, de norma administrativa do CBMERJ – Aquisição de armamento – Possibilidade de submissão a processo administrativo disciplinar – Concessão, na esfera penal, da suspensão condicional do processo – Natureza jurídica da *sursis* processual – Possibilidade de punição na esfera administrativa – Alterações na legislação aplicável ao porte irregular de arma de fogo – Impossibilidade de vinculação da autoridade militar a classificar como grave tal conduta – Exegese do artigo 20, parágrafo único do Regulamento Disciplinar do CBMERJ. *Parecer n.º 01/2005 – Christiano de Oliveira Taveira*..... 368

T

TAVEIRA, Christiano de Oliveira – Secretaria de Estado de Direitos Humanos – Descumprimento, por parte de bombeiro militar, de norma administrativa do CBMERJ – Aquisição de armamento – Possibilidade de submissão a processo administrativo disciplinar – Concessão, na esfera penal, da suspensão condicional do processo – Natureza jurídica da *sursis* processual – Possibilidade de punição na esfera administrativa – Alterações na legislação aplicável ao porte irregular de arma de fogo – Impossibilidade de vinculação da autoridade militar a classificar como grave tal conduta – Exegese do artigo 20, parágrafo único do Regulamento Disciplinar do CBMERJ. *Parecer n.º 01/2005*..... 368

TEIXEIRA, Raul – Fundamentos Jurídicos da Previdência Privada – Criação do Regime de Previdência Complementar no Brasil – A Grande expansão da previdência aberta os produtos de ponta: PGBL e VGBL – A Nova Lei e a Questão Prescricional – O Caso das Entidades de Previdência Complementar Sem Fins Lucrativos – Liquidação das Entidades de Previdência Complementar – Questão da Blindagem das Reservas Técnicas – Possibilidade de Recuperação das Entidades Liquidandas – Transformação do Regime Liquidatário Extrajudicial em Ordinário. *O Regime de Previdência Complementar no Brasil e o caso das Entidades sem Fins Lucrativos*..... 240

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO – Trecho Praça XV-Araribóia – Inconstitucionalidade da Lei que prorrogou a delegação à atual prestadora – Inexistência de exclusividade na prestação do serviço – Natureza de serviço público – Inexistência de autorizações de serviços públicos – Possibilidade de novas outorgas – Dispensa de licitação por urgência – Avaliação do órgão competente. *Parecer n.º 30/2005 – Alexandre Santos de Aragão*.. 388

V

VALADÃO, Rodrigo Borges – Regime Jurídico do Imposto de Transmissão “Causa Mortis” – Procedimento de Inventário – Divisão Funcional do Poder – Função Jurisdicional – Natureza Administrativa da Jurisdição Voluntária – Inventário como Procedimento de Jurisdição Voluntária e a Sistemática Adotada pelo Código de Processo Civil – Garantia do Devido Processo Legal e seus Desdobramentos – Princípio do Juiz Natural – Contraditório e Ampla Defesa – Inexistência de Conflito entre os Princípios da Efetividade da Tutela Jurisdicional e o Devido Processo Legal – Possibilidade de Oposição, pela Fazenda Pública, de um Direito Fundamental contra o Contribuinte – Improcedência do Pedido de Afastamento da Multa Fiscal – Correto Alcance do Art. 1.013 do Código de Processo Civil – Inaplicabilidade do Enunciado n.º 114 do STF – Inexistência de Enriquecimento sem Causa – Imprópria Utilização de Institutos do Direito Civil – Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor – Inexistência de Afronta à Garantia do Acesso à Jurisdição – Reserva de Lei à Anistia Tributária. *Incidência de multa fiscal no procedimento de inventário e limites da prestação jurisdicional (um estudo de caso)*..... 271

VALOR – Noção – Valor das coisas e valor das pessoas – Valor de uso e valor de troca – Valor dos créditos e das obrigações – Valor como dever ser – Valor, princípio e norma – Ordem monetária – O papel moeda, as inflações e o “valor real”. *Considerações sobre o conceito jurídico atual de valor – Letácio Jansen*.....113